KPMG

Demonstrações Financeiras
AUDITORIA

STEMA, SA - Silos e Terminal Graneleiro da Matola
do ano findo em 31 de dezembro de 2022

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstrações financeiras

do ano findo em 31 de Dezembro de 2022

Índice	*Página*
Aprovação das demonstrações financeiras pela Administração	1
Relatório dos auditores independentes	2 - 4
Balanço	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de alterações no capital próprio	7
Demonstração de fluxos de caixa	8
Notas às demonstrações financeiras	9 - 36

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022, e a demonstração de resultados, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. O Conselho de Administração é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da Empresa poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola, como indicado acima, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Junho de 2023 e estão abaixo assinadas pelos seus representantes:

Presidente do Conselho de Administração

KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola ("a Empresa") constantes das páginas 5 a 36, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022, e e a demonstração de resultados, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola em 31 de Dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material sobre à continuidade

Chamamos a atenção à Nota 27 das demonstrações financeiras, que indica que a Empresa incorreu num prejuízo líquido de 70 753 065 MT (2021: 101 494 202 MT) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e, naquela data, o passivo corrente da Empresa excede o activo corrente em 132 433 898 MT (2021: 87 860 056 MT) e o passivo total excede o activo total em 171 210 596 MT (2021: 100 457 531). Conforme referido na Nota 27, estes eventos ou condições, em conjunto com outros matérias constantes da Nota 27, indiciam a existência de uma incerteza material que poderá suscitar dúvidas significativas sobre a possibilidade da Empresa se manter em funcionamento. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Outra Matéria

As demonstrações financeiras da empresa em e para o ano findo em 31 de Dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor que, em 08 de Julho de 2022, emitiu uma opinião com reservas devido ao facto da Empresa em 31 de Dezembro de 2021 não ter efectuado um estudo sobre a imparidade das suas unidades geradoras de caixa. De acordo com a NCFR 18, uma entidade deve avaliar no fim de cada período contabilistico se existe indicação de que um activo pode estar em imparidade. Caso a Empresa tivesse feito esta avaliação, os activos das demonstrações financeiras teriam sido afectados. Como resultado, os activos da entidade se econtravam sobreavaliados num montante que não se pude estimar e consequentemente, os efeitos nas demonstraçõees financeiras da falta da avaliação de imparidade não foram determinados.

KPMG Auditores e Consultores, S.A., uma sociedade anónima e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG Auditores e Consultores, SA, a limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e declaração de responsabilidade dos Administradores. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que os Administradores determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Empresa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores tenham a intenção de liquidar o Empresa e cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão faze-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para propósitos de expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelos administradores.

- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto contabilístico da continuidade e com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a alcançar uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014
Representada por:

Abel Jone Guaiaguaia, nº 04/CA/OCAM/2012
Sócio
07 de Junho de 2023

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Balanço

em 31 de Dezembro de 2012

	Nota	**2022** **MT**	2021 MT
Activos não correntes			
Activos tangíveis	*5*	**187 867 450**	221 437 962
Total de activos não correntes		**187 867 450**	221 437 962
Activos correntes			
Inventários	*6*	**11 993 833**	11 432 198
Clientes	*7*	**29 911 380**	6 127 291
Outros activos financeiros	*8*	**506 299**	35 287
Imposto a recuperar	*23*	**19 412 627**	19 122 322
Outros activos correntes	*9*	**1 587 912**	1 285 423
Caixa e equivalentes de caixa	*10*	**30 701 227**	43 295 918
Total dos activos correntes		**94 113 278**	81 298 439
Total dos activos		**281 980 727**	302 736 401
Capital próprio e passivo			
Capital social	*11*	**245 935 000**	245 935 000
Reservas	*12*	**161 813 470**	161 813 470
Resultados acumulados		**(578 959 066)**	(508 206 001)
Total do capital próprio		**(171 210 596)**	(100 457 531)
Passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	*14*	**226 547 176**	130 496 391
Total de passivos não correntes		**226 547 176**	130 496 391
Passivos correntes			
Provisões	*13*	**3 823 782**	4 313 886
Empréstimos obtidos	*14*	**25 105 776**	130 579 947
Fornecedores		**201 113**	657 404
Outros passivos financeiros	*15*	**190 664 405**	134 432 422
Outros passivos correntes	*16*	**6 849 071**	2 713 882
Total dos passivos correntes		**226 644 146**	272 697 541
Total dos passivos		**453 191 323**	403 193 932
Total do capital próprio e dos passivos		**281 980 727**	302 736 401

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração de resultados

do ano findo em 31 de Dezembro de 2022

	Nota	**2022** **MT**	2021 MT
Rédito	*17*	**197 232 546**	168 582 655
Custo das vendas	*18*	**(12 146 416)**	(5 930 904)
Margem bruta		**185 086 130**	162 651 751
Gastos com pessoal	*19*	**(114 720 460)**	(104 691 044)
Fornecimentos e serviços de terceiros	*20*	**(70 425 577)**	(59 199 010)
Depreciações e amortizações	*5*	**(36 001 275)**	(37 418 722)
Imparidade de contas a receber		**-**	745 961
Provisões		**-**	1 127 307
Outros ganhos/(perdas) operacionais	*21*	**1 565 362**	(14 254 551)
Prejuizo operacional		**(34 495 820)**	(51 038 308)
Rendimentos e ganhos financeiros	*22*	**500 350**	4 270 854
Gastos e perdas financeiras	*22*	**(36 757 595)**	(54 726 748)
Custos financeiros líquidos		**(36 257 245)**	(50 455 894)
Resultados antes de impostos		**(70 753 065)**	(101 494 202)
Imposto sobre o rendimento	*23*	-	-
Prejuizo do exercício		**(70 753 065)**	(101 494 202)

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração de alterações no capital próprio

do ano findo em 31 de Dezembro de 2022

	Capital Social MT	Reservas MT	Resultados acumulados MT	Total MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	245 935 000	161 813 470	(406 711 799)	1 036 671
Prejuízo do exercício	-	-	(101 494 202)	(101 494 202)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	245 935 000	161 813 470	(508 206 001)	(100 457 531)
Prejuízo do exercício	-	-	(70 753 065)	(70 753 065)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**245 935 000**	**123 824 077**	**(578 959 066)**	**(171 210 596)**

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Demonstração de fluxos de caixa

do ano findo em 31 de Dezembro de 2022

	Nota	**2022 MT**	2021 MT
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Prejuizo do exercícicio		**(70 753 065)**	(101 494 202)
Ajustamentos respitantes a:			
Depreciações	*5*	**36 001 275**	37 418 722
Reversão de imparidade de clientes e outros devedores		**-**	(745 961)
Reversão de provisões		**-**	(1 127 307)
(Ganho)/perda no abate de activos tangiveis		**(13 738)**	46 570 489
		(34 765 528)	(19 378 259)
Aumento de inventários		**(561 635)**	(274 932)
(Aumento)/ Diminuição de clientes e outros activos financeiros		**(24 255 101)**	9 325 197
Diminuição de Outros activos financeiros		**(592 794)**	(678 603)
Aumento/ (Diminuição) de fornedores e outros passivos financeiros		**55 775 692**	(5 752 768)
Aumento de fornedores e outros passivos correntes		**4 135 189**	178 891
		34 501 351	2 797 785
Imposto pago	*23*	**(290 305)**	(263 120)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		**(554 482)**	(16 843 594)
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	*5*	**(2 616 823)**	(3 291 721)
Recebimentos na venda de activos tangiveis		**-**	24 337 564
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		**(2 616 823)**	21 045 843
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos contraídos	*14*	**22 353 244**	(9 337 682)
Empréstimos reembolsados	*14*	**(31 776 630)**	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		**(9 423 386)**	(9 337 682)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(12 594 691)**	(5 135 433)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		**43 295 918**	**48 431 351**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano	*10*	**30 701 227**	**43 295 918**

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

Notas às demonstrações financeiras

do ano findo em 31 de Dezembro de 2022

1. Incorporação e actividades

A STEMA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A, é uma empresa moçambicana, sociedade anónima, constituida em 9 de Abril de 1996.

A STEMA tem por função realizar operações comerciais no mercado nacional e internacional. A empresa promove a prestação de serviços de apoio multiforme para cereais destinados ao consumo da industria e comércio nacionais e serve de uma base de apoio ao trânsito de cereais dentro do território nacional. Essa base de apoio é disponibilizada ao trânsito de cereais de e para países da África Austral, com particular relevância da África do Sul, da República do Zimbabwe, a República do Botswana e o Reino da Suazilândia.

As principiais actividades da STEMA incluem: i) receber, armazenar e distribuir cereais por via marítima, ferroviária e rodoviária; ii) gerir stocks de cereais numa base comercial; iii) garantir prestações de serviços a clientes e demais organismos utilizadores com qualidade e preços competitivos; iv) promover a prestação de serviços de apoio multiforme para cereais em trânsito de e para países da região, bem como realizar operações comercais no mercado nacional e internacional dos cereais; v) importar e exportar cereais.

2. Bases de contabilização

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola foram apresentadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC - NIRF).

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas com base no custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que igualmente constitui a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira está apresentada em Meticais e foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

d) Uso de estimativas, julgamentos e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC - NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos, assim como princípios fundamentais, interpretados a partir da estrutura Conceptual do PGC - NIRF. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos, passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas a respectiva moeda funcional da entidade à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de relato são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor nessa data. O ganho ou perda cambial em items monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano, pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

b. Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos Financeiros. Os activos financeiros podem ser classificados/mensurados ao custo de aquisição ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas em resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo de aquisição ou ao custo amortizado os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

No que respeita aos activos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método de taxa de juro efectiva que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro.

Os activos financeiros, as contas a receber, os instrumentos de capital próprio e quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável, são registados ao custo ou custo amortizado.
Os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou ao custo amortizado são classificados ao justo valor.

São também registado ao justo valor, os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, os contratos derivados e os activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos derivados que se destinem à cobertura de fluxo de caixa.

A empresa avalia, com referência à data de cada relato financeiro, a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados e reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados quando existe uma evidência objectiva de imparidade. Os activos financeiros deixam de estar reconhecidos quando expiram, ou são transferidos, os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com liquidez elevada e maturidades até 3 meses.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Empréstimos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Outros instrumentos financeiros não derivados

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo, que não sejam detidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como activos ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda. Os empréstimos e contas a receber cujo titular não pode recuperar substancialmente todo o seu investimento inicial, excepto devido à deterioração do crédito, devem ser classificados como disponíveis para venda. Os empréstimos e contas a receber são mensurados ao custo amortizado.

(iii) Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 - Instrumentos financeiros.
Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, e são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro ou do passivo financeiro.
A empresa classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja montante fixo, de taxa de juros fixa ou de taxa de variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

c. Capital social

As acções ordinárias são classificadas como capital próprio. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de acções ordinárias são reconhecidos como dedução do capital próprio, líquido do efeito fiscal.

d. Activos tangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Os items de propriedade, instalações e equipamento são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui a aquisição do activo, os custos directamente atribuíveis ao activo incorridos na aquisição e instalação e os custos de empréstimos obtidos no caso de activos que se qualificam. O custo de activos auto-construídos inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, outros custos directamente atribuíveis para colocar os activos a uma condição de funcionamento para a utilização prevista, os custos de desmantelamento e remoção dos itens e restauração do local no qual estão localizados, e os custos de empréstimos em activos que se qualificam.

Após a mensuração inicial, os activos são mensurados ao custo menos a depreciação acumulada e imparidade acumulada.

Quando partes de um item de propriedade, instalaçoes e equipamento têm vidas úteis diferentes, elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de propriedade, instalações e equipamento.

ii) Custos Subsequentes

O custo da substituição de uma parte de um item do activo é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parte fluirão para a empresa e seu custo pode ser mensurado de forma confiável. A quantia escriturada da parte substituída é anulada. Os custos da manutenção do dia-a-dia de activos tangíveis são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação das receitas resultantes da alienação e a quantia escriturada de propriedade, instalações e equipamento, e são reconhecidos líquidos em "outros rendimentos" nos lucros ou prejuízos. Quando os activos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para os resultados acumulados.

e. Activos tangíveis (continuação)

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um activo ou outra quantia substituta do custo, menos o seu valor residual.

A depreciação é reconhecida nos lucros ou perdas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada de cada parte de um item de propriedades, instalações e equipamento. Os activos em locação financeira são amortizados ao mais curto entre o prazo da locação e suas vidas úteis a menos que seja razoavelmente certo que a empresa irá obter a propriedade no fim do prazo da locação, situação em que será usada a vida útil do activo. Os terrenos não são amortizados.

As vidas úteis estimadas para as principais categorias de propriedade, instalações e equipamentos são as seguintes:

Categoria	Vida útil
Edíficios	5 – 25 Anos
Equipamento básico	5 – 20 Anos
Ferramentas e utensílios	5 - 25 Anos
Mobiliário e equipamento administrativo e social	4 – 10 Anos
Equipamentos de transporte	4 – 5 Anos
Taras e vasilhames	10 - 20 Anos

A Entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

f. Inventários

Os inventários são mensurados ao mais baixo entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários é baseado no custo médio ponderado e incluí custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal do negócio deduzido dos custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efectuar a venda.

g. Imparidade

i) Activos financeiros não derivados

Os activos financeiros são avaliados para indicadores de imparidade no final de cada período de relato. Considera-se que um activo financeiro sofreu imparidade quando há evidência objectiva, de que um ou mais acontecimentos tiveram um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros do activo.

Para os activos financeiros escriturados pelo custo amortizado, o valor da perda por imparidade que deve ser reconhecido, é a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros, descontados à taxa do activo financeiro de juro efectiva original.

Activos financeiros individualmente significativos são testados para imparidade numa base mensal. Os activos financeiros restantes são avaliados colectivamente em grupos com risco de crédito semelhante.

Uma perda por imparidade é revertida caso a reversão seja objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade. Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda, que são títulos de dívida, a reversão é reconhecida nos lucros ou prejuízos. Para os activos financeiros disponíveis para venda, que são títulos de capital, a reversão é reconhecida directamente no capital próprio.

ii) Activos não financeiros

No final de cada período, a empresa efectua a revisão da quantia escriturada dos seus activos não financeiros, excepto para o inventário, por forma a determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram uma perda por imparidade. Se houver tal indicação, o montante recuperável do activo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda por imparidade (se houver). Quando não for possível estimar o valor recuperável de um activo individualmente, a empresa estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

h. Imparidade (continuação)

ii) Activos não financeiros (continuação)

O valor recuperável é o maior entre o justo valor deduzido de todos os custos de venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflicta as avaliações actuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do activo.

Se o valor recuperável de um activo (ou unidade geradora de caixa) é estimada em menos do que sua quantia escriturada do activo é reduzida ao seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente em lucro ou prejuízo.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, a quantia escriturada do activo é aumentada para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que o aumento não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida em anos anteriores.

i. Benefício dos empregados

i) Benefícios de curto prazo

As obrigações dos benefícios dos empregados a curto prazo são mensuradas numa base não descontada e são registradas conforme o serviço relacionado que seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo se a empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimado com segurança.

Benefícios de curto prazo são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

ii) Plano de benefício definido

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. Obrigações por contribuições utilizando este método são reconhecidos como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Empresas Moçambicanas são obrigadas por lei, a contribuirem para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) que é um regime de contribuição definida. Contribuições para pensões de INSS são reconhecidas na demonstração de resultados no ano em que são incorridas.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa tiver uma obrigação legal ou construtiva em consequência de um acontecimento passado, e é provável que uma saída de benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar a obrigação. Se o efeito for material, as provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros a uma taxa antes do efeito do imposto que reflicta a avaliação do mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos para a exigibilidade.

j. Provisões (continuação)

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação poder ser mensurada com fiabilidade.

k. Rédito

A receita é reconhecida na medida em que é provável que os benefícios económicos fluirão para a empresa e a receita pode ser mensurada com fiabilidade. Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber e representa valores a receber de venda de bens e serviços prestados no curso normal dos negócios, líquido de descontos e imposto sobre o valor acrescentado.

A receita é reconhecida na medida em que é provável que os benefícios económicos fluirão para a empresa e a receita pode ser mensurada com fiabilidade. Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber e representa valores a receber de venda de bens e serviços prestados no curso normal dos negócios, líquido de descontos e imposto sobre o Valor Acrescentado.

i) *Venda de bens*

Rédito proveniente da venda de bens é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquido de devoluções e abatimentos, descontos comerciais e abatimentos. Rédito é reconhecido quando os riscos e vantagens significativos da propriedade forem transferidos para o comprador, a recuperação da retribuição é provável, os custos associados e a possível devolução dos bens podem ser estimados de forma fiável e não há envolvimento continuado da gerência com as mercadorias e o montante do rédito poder ser mensurado fiavelmente.

O momento da transferência de risco e benefícios varia de acordo com as condições individuais do contrato de venda.

ii) Prestação de serviços

Rédito proveniente da prestação de serviço é reconhecido em função da fase de acabamento da transacção á data do balanço. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos em que os serviços sejam prestados.

l. Custos e rendimentos financeiros

O rendimento financeiro compreende juros sobre fundos investidos e diferenças cambiais favoráveis. Os juros são reconhecidos à medida que revertem em lucro ou perda, usando o método do juro efectivo. Custos de financiamento incluem juros sobre empréstimos contraídos, diferenças cambiais desfavoráveis e perdas por imparidade reconhecidas em activos financeiros. Os custos de empréstimos que não são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são reconhecidos nos lucros ou prejuízos usando o método do juro efectivo.

Ganhos e perdas cambiais são reconhecidas numa base líquida.

m. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento consiste do imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido em lucros ou prejuízos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Os impostos diferidos, activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a activos por impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os mesmos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferido) são reflectidos no resultado do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

A quantia do imposto diferido é revisto a cada data de relato e reduzida na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todos ou parte dos activos por impostos diferidos sejam utilizados. Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relato e são reconhecidos na medida em que se torna provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que os activos fiscais diferidos sejam recuperados.

As principais diferenças temporárias surgem a partir de depreciação em activos tangíveis, reavaliação de certos activos tangíveis e diferenças de câmbio não realizadas.

Os impostos activos e passivos fiscais diferidos são compensados, se um direito legalmente executível existe para compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes e os impostos diferidos se relacionarem com a mesma entidade tributável e mesma autoridade fiscal.

m. Imposto sobre o rendimento (continuação)

Imposto sobre o valor acrescentado

Receitas, custos e activos são reconhecidos líquidas do valor do imposto, excepto:

- Sempre que o IVA incorrido em uma compra de bens ou serviços não é recuperável a partir da autoridade fiscal, caso em que o imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte do custo de aquisição do activo, ou como parte do item de despesa, conforme aplicável; e

- Contas a receber ou a pagar estão relacionadas com IVA incluso. O valor de IVA recuperável ou a pagar a autoridade fiscal é incluído como parte das contas a receber e contas a pagar na demonstração da posição financeira.

4. Gestão de risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a gestão de risco da empresa. As políticas da empresa de gestão de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela empresa, para definir limites de risco e controlos apropriados, e para monitorar os riscos e aderência aos limites. As políticas de gestão de risco e sistemas são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e actividades da empresa.

A empresa, através da sua formação e as normas e procedimentos de gestão, tem como objectivo desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendam suas funções e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e monitora o cumprimento das políticas de risco da empresa e procedimentos de gestão. A empresa está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma perda inesperada se um cliente ou uma contraparte num instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e surge principalmente a partir das contas a receber da empresa.

A empresa não tem concentrações de risco de crédito, pois tem poucos clientes e mais ou menos do mesmo nível. O risco de crédito é influenciado principalmente pelas características individuais de cada cliente. Novos clientes são analisados individualmente para crédito, antes de serem oferecidas as condições de pagamento. A empresa estabelece uma provisão para imparidade que representa sua estimativa de perdas incorridas no âmbito do comércio e outros créditos. Os principais componentes dessas licenças são componentes específicos de perda que se relaciona com exposições individualmente significativas. A provisão de perda colectiva é determinada com base em dados históricos de estatísticas de pagamentos de activos financeiros semelhantes. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contabilizado conforme divulgado na nota 8. Para mais divulgações sobre o risco de crédito vide a nota 26 a).

4. Gestão de risco, objectivos e políticas (continuação)

ii) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez envolve manter reservas suficientes de líquidez e manter linhas de crédito disponível. A abordagem de gestão da empresa é garantir, na medida do possível, que a empresa sempre terá liquidez suficiente para satisfazer as suas responsabilidades, em condições normais e de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da empresa. Para mais divulgações sobre o risco de liquidez vide a nota 26 c).

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que as mudanças nos preços de mercado irão afectar o rendimento da empresa. O risco de mercado compreende o risco cambial e o risco da taxa de juro. O objectivo da gestão de risco de mercado é o de gerir e controlar riscos de mercado dentro dos parâmetros aceitáveis, optimizando o retorno. A empresa não entrou em contratos de instrumentos financeiros de cobertura.

iv) Risco cambial

A empresa está exposta ao risco financeiro relacionado com a flutuação das taxas de câmbio.
Uma mudança significativa nas taxas de câmbio entre o Metical (MT) e o dólar norte americano (USD) e Rand Sul-Africano (ZAR) poderia ter um efeito nos resultados operacionais da empresa, posição financeira e fluxos de caixa. Para mais divulgações sobre o risco cambial vide a nota 26 d).

v) Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. A empresa tem empréstimos com taxas de juro variáveis (empréstimos). A Empresa não entrou em qualquer instrumento financeiro derivado para gerir esse risco.

vi) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta decorrente de uma ampla variedade de causas associadas com os processos da empresa, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de factores externos, como os requisitos legais e regulamentares e as normas geralmente aceites de comportamento corporativo. A gestão de risco operacional é principalmente atribuída à alta administração que desenha os procedimentos de controlo da empresa.

O objectivo da empresa é gerir o risco operacional, por forma a evitar perdas financeiras e prejudicar a reputação da empresa com eficácia global de custos e para evitar que procedimentos de controlo prejudiquem a iniciativa e a criatividade. O principal responsável em desenvolver e implementar controlos para mitigar o risco operacional é atribuída a administração da empresa.

5. Activos tangíveis

Descrição	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento Administrativo e social	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhames	Investimentos em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Custo								
Em 1 de Janeiro de 2022	245 942 360	426 676 077	14 890 106	21 343 543	674 654	29 115	-	**709 555 855**
Adições	-	2 288 636	328 187	-	-	-	-	**2 616 823**
Abates/Transferências	-	-	-	(8 983 746)	-	-	-	**(8 983 746)**
Em 31 de Dezembro de 2022	**245 942 360**	**428 964 713**	**15 218 293**	**12 359 797**	**674 654**	**29 115**	-	**703 188 932**
Depreciações acumuladas								
Em 1 de Janeiro de 2022	215 476 924	238 773 186	12 059 297	21 316 961	466 778	24 747	-	**488 117 893**
Depreciações do exercício	6 155 992	29 090 122	740 429	-	13 276	1 456	-	**36 001 275**
Abates/Transferências	-	-	-	(8 797 686)				**(8 797 686)**
Em 31 de Dezembro de 2022	**221 632 916**	**267 863 308**	**12 799 726**	**12 519 275**	**480 054**	**26 203**	-	**515 321 482**
Quantia escriturada								
Em 01 de Janeiro de 2022	30 465 436	187 902 891	2 830 809	26 582	207 876	4 368	-	221 437 962
Em 31 de Dezembro de 2022	**24 309 444**	**161 101 405**	**2 418 567**	**(159 478)**	**194 600**	**2 912**	-	**187 867 450**

5. Activos tangíveis (continuação)

Descrição	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento Administrativo e social	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhames	Investimentos em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Custo								
Em 1 de Janeiro de 2021	273 406 645	440 536 691	15 265 255	32 254 441	608 852	29 115	29 072 502	**791 173 502**
Adições	1 506 358	1 613 187	172 176	-	-	-	-	**3 291 721**
Abates/Transfências	(28 970 643)	(15 473 802)	(547 324)	(10 910 898)	65 802	-	(29 072 502)	**(84 909 368)**
Em 31 de Dezembro de 2021	**245 942 360**	**426 676 077**	**14 890 106**	**21 343 543**	**674 654**	**29 115**	-	**709 555 855**
Depreciações acumuladas								
Em 1 de Janeiro de 2021	219 423 102	218 64 7 062	13 903 278	23 492 507	533 394	23 292	-	**476 022 635**
Depreciação do exercício	6 950 286	29 105 645	961 576	385 194	14 566	1 455	-	**37 418 722**
Abates/Transferências	(10 896 464)	(8 979 521)	(2 805 557)	(2 560 740)	(81 182)	-	-	**(25 323 464)**
Em 31 de Dezembro de 2021	**215 476 924**	**238 773 186**	**12 059 297**	**21 316 961**	**466 778**	**24 747**	-	**488 117 893**
Quantia escriturada								
Em 01 de Janeiro de 2021	53 983 543	221 889 629	1 361 977	8 761 934	75 458	5 823	29 072 502	**315 150 866**
Em 31 de Dezembro de 2021	**30 724 972**	**187 835 074**	**2 736 612**	**9 087**	**127 850**	**4 367**	-	**221 437 962**

6. Inventários	2022 MT	2021 MT
Combustiveis e Lubrificantes	**290 846**	173 130
Peças sobressalentes	**11 086 330**	10 963 484
Matérias diversos	**616 657**	295 584
	11 993 833	11 432 198

7. Clientes			
Cervejas de Moçambique, Sarl		**10 761 792**	142 318
Pembe Mozambique Limitada		**9 806 111**	-
Companhia Industrial da Matola		**9 486 531**	5 960 122
Universal International lda		**3 205 270**	3 205 270
Zebrapallets		**2 241 030**	2 238 925
Outros		**2 373 173**	2 543 183
Imparidade acumulada	**7.1**	**(7 962 527)**	**(7 962 527)**
		29 911 380	6 127 291

7.1 Imparidade de clientes		
Saldo Inicial	(7 962 527)	(28 943 333)
Utilização	-	19 271 882
Reversão	-	1 708 924
	(7 962 527)	**(7 962 527)**

8. Outros activos financeiros		
Devedores trabalhadores	**52 512**	6 000
Outros devedores	**2 832 690**	2 272 229
Juros a receber	**59 670**	193 030
Imparidade de outros devedores	**(2 438 573)**	(2 435 973)
	506 299	35 287

A Empresa encontra-se na rubrica de clientes e outros activos financeiros exposta ao risco de crédito e risco cambial, referido nas notas 26. (a) e 26. (d).

9. Outros activos correntes	2022 MT	2021 MT
Gastos diferidos	**1 509 108**	791 243
Adiantamento a fornecedores	**78 804**	494 180
	1 587 912	1 285 423

10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	**46 979**	30 240
Depositos à ordem (i)	**30 554 248**	11 610 903
Depositos à prazo (ii)	**100 000**	31 654 775
	30 701 227	**43 295 918**

(i) A decomposição dos depósitos a ordem por moeda de origem apresenta-se como se segue:

Meticais	**30 129 557**	11 364 215
Dólares Americanos	**424 692**	246 688
	30 554 248	11 610 903

(ii) A decomposição dos depósitos à prazo apresenta-se como se segue:

Meticais	**100 000**	2 465 060
Dólares Americanos	-	29 189 714
	100 000	31 654 775

11. Capital social

IGEPE	56%	**137 723 600**	137 723 600
Direcção Nacional do Tesouro	44%	**108 211 400**	108 211 400
	100%	**245 935 000**	245 935 000

O Capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

		2022 MT	2021 MT
12.	**Reservas**		
	Reservas	**161 813 470**	161 813 470
		161 813 470	161 813 470

a) De acordo com o artigo 44 do código comercial, a entidade deve transferir 5% dos seus lucros para as reservas legais até a reserva atingir 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para aumentar o capital ou cobrir prejuízos

b) Não houve aumento de reservas, o mesmo deveu-se ao facto de a entidade ter incorrido em prejuizos nos últimos exercícios.

		2022 MT	2021 MT
13.	**Provisões**		
	A rubrica de provisões é composta por:		
	Provisão para férias a)	**3 604 735**	4 313 886
	Provisão para processos judiciais	**219 047**	-
		3 823 782	4 313 886

a) A provisão para férias esta relacionada com o direito de férias dos empregados e que podem ser pagáveis no memento em que deixam a empresa. A provisão e reconhecida a medida em que os empregados prestam serviços a empresa que aumentam o seu direito a férias a pagar no futuro. A provisão é utilizada quando os empregados com direito a férias deixam o emprego ou quando o valor devido por férias é utilizado.

14. Empréstimos obtidos

		Moeda	2022 MT	2021 MT
Curto prazo				
IGEPE – Accionista	a)	MZM	-	85 485 908
Moza Banco	b)	MZM	**8 425 831**	6 319 373
Empréstimo BNI	c)	MZN	**16 679 945**	38 774 666
			25 105 776	130 579 947
Longo prazo				
IGEPE – Accionista	a)	MZM	**114 158 525**	-
Empréstimo Moza Banco	b)	MZM	**31 596 868**	40 022 699
Empréstimo BNI	c)	MZM	**80 791 783**	90 473 692
			226 547 176	130 496 391
			251 652 952	261 076 338

a) Refere-se ao suprimento do IGEPE com vista a apoiar o STEMA no reembolso do empréstimo contraido junto ao BNI no ano de 2015 para reparação do equipamento após o incêncio, aquando da reestuturação no exercício de 2020 o montante de 90 676 406.49 foi assumido pelo IGEPE e durante o ano de 2022 o IGEPE providenciou adicionalmente suplementos ao STEMA no montante de 28 672 616 para o mesmo objectivo. O referido valor não é cobravel juros e o seu reembolso ocorrerá quando STEMA tiver fundos suficientes para tal.

b) Reestruturada para emprestimo de médio longo prazo no montante de 70 513 110,00MT a facilidade de curto prazo concedida em forma de crédito documentário para a importação de cereais aprovada no montante de 339.150.000,00 Meticais, equivalente a USD 5.000.000,00 ao cambio de 67,83. A actual facilidade vence juros a taxa PLR-SF acrescida de um Spread de 1 % com pagamento trimestral de 20 prestações. Foram entregues como garantias na contratação do financiamento depósitos a prazo de USD 457.304, hipoteca de dois imóveis localizados no condominio da Villa Sol avaliados no valor de USD 215.000 e USD 233.000.

No inicio do exercício económico de 2022 o montante do empréstimo é de 46 342 072,38 MT e continua como garantias o depósito a prazo no valor de USD 457 304 e hipoteca de um imóvel.

c) Emprestimo de longo prazo no montante global de 3 000 000 USD convertivel para Meticais na data do desembolso. Este financiamento foi concebido para a reparação do equipamento danificado pelo incendio de Dezembro de 2015. Foi reestruturado por conta do pressuposto de pagamento pelos accionistas de 50% da divida e os respectivos juros no seguinte termo:

i) STEMA, SA no montante 90 676 406,49 MT com vencimento de juros a taxa PLR-SF acrescido de um Spread de 2, 75% reembolsado em 24 prestaçõs trimestrais e sucessivas,

ii) IGEPE no montante de 90 676 406,49 MT, a taxa de juros de 18.65 por 25 meses. Foram entregues como garantia parte dos equipamentos do Centro de Controle de Máquinas (MCC).

A empresa encontra-se exposta ao risco de liquidez e cambial associado a rubrica de empréstimos obtidos referidos na nota 26. (c).

		2022 MT	2021 MT
15. Outros passivos financeiros			
Juros a pagar		**9 219 103**	5 764 742
Acréscimos de gastos		**3 334 991**	11 145 270
CFM	*i)*	**129 868 566**	105 234 976
Emose	*ii)*	**18 167 750**	3 347 101
Royalities	*iii)*	**11 523 766**	-
Outras remunerações a pagar		**7 627 353**	-
African risk and insurance services, lda		**4 029 010**	4 029 010
Rgb serviços e investimentos moçambique, lda		**1 270 032**	400 970
Energia		**1 028 403**	365 000)
Qes sistemas integrados, lda		**561 787**	561 787
Fleetco, lda		**488 963**	488 963
Abraham johannes jacobus strauss		**430 956**	-
W. Power security, lda		**402 241**	-
S & S fumigações moçambique, lda		**372 957**	233 292
Crédores diversos		**2 338 526**	3 226 311
		190 664 405	134 432 422

O saldo dos CFM representa o montante em divida relacionado com o custo de Royalites de 2.42USD por cada tonelada manuseada no cais, sendo que deste, 11.965.546,41MT é o Custo da Renda de Terra referente ao contrato de exploração do espaço dos CFM. É de salientar que com as dificuldades financeiras que a empresa atravessa, a STEMA, SA tem facturas em aberto desde os finais de 2018 até a data.

ii) O saldo da EMOSE, representa o custo das Apólices de Seguro Multirriscos que estão em divida desde 2020, faz parte da lista de seguro, a Responsabilidade Civil, Seguro de Máquinas e Seguro de Incêndio.

iii) O saldo dos Royalites, é parte do saldo em divida com os CFM, correspondente a carga manuseada e Royalites não faturadas pelos CFM.

16. Outros passivos correntes		
IRPS	**1 547 544**	1 307 233
IVA	**4 854 483**	739 233
INSS	**371 479**	340 429
Caução de renda	-	290 000
Adiantamento de clientes	**75 565**	36 988
	6 849 071	2 713 882

A empresa encontra-se exposta aos riscos de liquidez e cambial associados a rubrica de fornecedores e outros credores referidos na nota 26. (c) e 26. (d).

STEMA, SA – Silos e Terminal Graneleiro da Matola

		2022 MT	2021 MT
17.	**Rédito**		
	Vendas de produtos	**1 929 380**	176 732
	Prestação de serviços	**195 303 166**	168 405 923
		197 232 546	168 582 655
18.	**Custo das vendas**		
	Inventários iniciais	**11 651 028**	11 157 266
	Compras	**12 232 466**	10 872 660
	Inventários finais	**(11 737 078)**	(11 651 028)
		12 146 416	5 930 904
19.	**Gastos com o pessoal**		
	Remunerações aos trabalhadores	**63 757 072**	56 941 793
	Remuneração aos orgão socias	**28 638 445**	28 851 565
	Subsídios	**11 622 009**	10 631 240
	Segurança social	**2 429 780**	2 292 640
	Encargos sociais	**6 748 327**	4 768 497
	Outras despeas com o pessoal	**1 524 836**	1 205 309
		114 720 460	104 691 044

		2022 MT	2021 MT
20. Fornecimentos e serviços de terceiros			
Água		**154 799**	241 028
Electricidade		**9 585 314**	6 967 867
Combustíveis		**1 685 824**	1 781 581
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		**49 767**	18 584
Material de manutenção e reparação		**9 010**	14 465
Material de escritório		**11 498**	3 313
Consumíveis informáticos		**104 804**	131 256
Deslocações e estadias			
Manutenção e reparação de Viaturas		**902 829**	1 274 179
Manutenção e reparação - de Equipamento Diverso		**1 643 750**	1 660 836
Transporte de carga		**1 808 514**	1 215 368
Despesas de representação		**30 901**	-
Publicidade e propaganda		**1 146 303**	607 049
Comunicações		**1 471 487**	1 905 872
Honorários		**651 385**	2 151 331
Rendas e alugueres		**2 821 535**	2 683 200
Vigilância e segurança		**3 944 446**	2 676 000
Royalties	*i)*	**31 722 012**	21 846 764
Seguros	*ii)*	**9 875 924**	11 136 638
Trabalhos especializados		**1 180 760**	1 490 893
Outros fornecimentos		**1 624 716**	1 392 787
		70 425 577	59 199 011

O valor de Royalites, representa o custo dos Royalites pelo manuseamento de carga durante o exercício de 2022.

ii) O valor de seguro, representa o custo dos seguros Multirrisco apurados durante o Exercício Económico de 2022.

		2022 MT	2021 MT
21.	**Outros ganhos e perdas operacionais**		
	Perdas operacionais		
	Perdas em inventários	-	(6 009)
	Perdas em abates e alienações	**(186 058)**	(30 138 544)
	Impostos e taxas	**(1 510 969)**	(1 180 229)
	Outros	**(1 611 513)**	(10 000)
		(3 308 541)	(31 334 782)
	Ganhos operacionais		
	Rendas e alugueres	**1 734 204**	2 094 164
	Reversões de provisões e imparidades	**709 151**	7 031 849
	Ganhos em abates e alienações	**1 448 706**	7 954 218
	Outros	**981 842**	-
		4 873 903	17 080 231
	Outros ganhos e perdas operacionais	**1 565 362**	(14 254 551)
22.	**Custos financeiros líquidos**		
	Juros obtidos	**212 163**	405 996
	Diferenças cambiais favoráveis	**288 187**	3 864 858
		500 350	4 270 854
	Juros suportados	**(34 709 856)**	(42 509 309)
	Diferenças cambiais desfavoráveis	**(1 769 554)**	(11 939 726)
	Serviços bancarios	**(278 185)**	(277 713)
		(36 757 595)	(54 726 748)
	Custos financeiros líquidos	**(36 257 245)**	(50 455 894)

		2022 MT	2021 MT
23.	**Imposto sobre o rendimento**		
	Imposto corrente	-	-
		-	-

Prejuizo fiscal:

	2022 MT	2021 MT
Prejuizo antes de imposto	(70 753 065)	(101 494 202)
Efeito das despesas não-dedutíveis	(726 271)	36 826 776
	(71 479 336)	**(64 667 426)**

Prejuizo não fiscal utilizado:

Saldo inicial	(476 998 110)	(412 330 684)
Redução do Prejuízo fiscal	170 891 808	-
Aumento do prejuízo fiscal	(70 753 065)	(64 667 426)
Saldo final	**(376 859 367)**	**(476 998 110)**

A data de vencimento para o prejuízo fical não utilizado é a seguinte:

		2022 MT	2021 MT
Validade	Ano		
31-12-2027	2022	(70 753 065)	-
31-12-2026	2021	(64 667 426)	(64 667 426)
31-12-2025	2020	(76 751 774)	(76 751 774)
31-12-2024	2019	(164 687 102)	(164 687 102)
31-12-2023	2018	-	(170 891 808)
Saldo final		**(376 859 367)**	**(476 998 110)**

Embora a empresa apresente prejuizos fiscais, não se encontra reconhecidos os activos por imposto diferido decorrente dos prejuizos fiscais pelo facto de não apresentar evidências de obtenção de lucros tributaveis futuros dentro do período de validade fiscal que é de cinco (05) anos.

Reconciliação de imposto a recuperar:	**2022 MT**	2021 MT
Saldo em 01 de Janeiro	**19 122 322**	18 859 202
Pagamentos por conta e retenções na fonte	100 000	100 000
Outras retenções na fonte	190 305	163 120
Saldo em 31 de Dezembro	**19 412 627**	**19 122 322**

24. Partes relacionadas

Emprestimo a pagar – IGEPE (Accionista)	**114 158 524**	85 485 908
	114 158 524	85 485 908

25. Instrumentos financeiros

a) Risco de Crédito

Exposição ao risco de crédito

O valor dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito.
A exposição máxima ao risco de crédito associada a rúbrica de clientes e outros devedores a 31 de Dezembro era de:

a) Imparidade de clientes e outros devedores

A maturidade de clientes a 31 de Dezembro de 2022 era:

	Valor bruto MT	**Imparidade MT**	**Valor líquido MT**
Corrente	26 386 995	-	26 386 995
Até 60 dias	4 003 385	(479 000)	3 524 385
De 61 a 90 dias	-	-	-
Mais de 91 dias	7 483 527	(7 483 527)	-
	37 873 907	**(7 962 527)**	**29 911 380**

A maturidade de clientes e outros devedores a 31 de Dezembro de 2021 era:

	Valor bruto MT	**Imparidade MT**	**Valor líquido MT**
Corrente	6 102 440	-	6 102 440
Até 60 dias	503 851	(479 000)	24 851
De 61 a 90 dias	-	-	-
Mais de 91 dias	7 483 527	(7 483 527)	-
	108 794 084	(7 962 527)	6 127 291

25. Instrumentos financeiros (continuação)

O movimento na imparidade de clientes relativamente a rubrica de clientes durante o ano foi o seguinte:

	2022 MT	2021 MT
Saldo a 01 de Janeiro	**(7 962 527)**	(28 943 333)
Reforço da provisão	**-**	-
Utilização da provisão	**-**	20 980 806
	(7 962 527)	(7 962 527)

a) Risco de liquidez

A exposição máxima ao risco de liquidez associada ás rúbricas de empréstimos obtidos,fornecedores e outros credores e empréstimos a 31 de Dezembro era de:

	2022 MT	2021 MT
Empréstimos obtidos	**251 652 952**	261 076 338
Fornecedores e outros credores	**49 394 888**	11 621 203
	301 047 840	272 697 541

Os perfis de maturidade dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro foram os seguintes:

2022	**Total MT**	**3 meses ou menos MT**	**3 – 12 meses MT**	**1 – 2 anos MT**	**2 – 5 anos MT**
Empréstimos obtidos	**251 652 952**	**13 317 409**	**85 485 908**	**124 177 018**	**28 672 616**
Fornecedores e outros credores	**49 394 888**	**49 394 888**	**-**	**-**	**-**
Total	**301 047 840**	**62 712 297**	**85 485 908**	**124 177 018**	**28 672 616**

2021	Total MT	3 meses ou menos MT	3 - 12 Meses MT	1 - 2 anos MT	2 - 5 anos MT
Empréstimos obtidos	261 076 338	45 094 039	85 485 908	-	130 496 391
Fornecedores e outros credores	11 621 203	11 621 203	-	-	-
Total	272 697 541	56 715 242	85 485 908		- 130 496 391

d) Risco cambial

(i) A empresa encontra-se exposta ao risco cambial a 31 de Dezembro, nas seguintes rubricas:

	2022		2021	
	Dólar Norte Americano	**Rand**	Dólar Norte Americano	Rand
Caixa e equivalentes de caixa	424 692	-	29 357 824	22 252
Clientes e outros devedores	2 769 033	-	-	-
Fornecedores e outros credores	(430 956)	(430 956)	(16 374 014)	(178 331)
Exposição Líquida	**2 762 769**	(430 956)	(12 983 810)	(156 079)

Para gerir o risco cambial referente aos activos e passivos financeiros em moeda estrangeira, a política da empresa é assegurar que a exposição líquida se mantenha a um nível aceitável através da compra e venda de moeda estrangeira utilizando uma taxa spot.

(ii) As taxas de câmbio aplicadas a data de fecho foram as seguintes:

	Taxas de fecho **2022**	2021
Dólar Norte Americano	**63.89**	63.83
Rand	**3.77**	4.01

A empresa utiliza as taxas de câmbio ao longo do ano fornecidas pelo Millennium BIM.

Análise de sensibilidade

A sensibilidade do Metical, como apresentada em baixo, contra o Dólar Norte Americano e Rand a 31 de Dezembro poderá fazer diminuir ou aumentar o valor do resultado do exercício pelos valores apresentados abaixo.

Esta análise é baseada nas variações das taxas de câmbio que a empresa acredita que sejam razoáveis á data de fecho.

Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

Efeito positivo - 10%	**2022** **Exposição líquida**	2021 Exposição líquida
Dólar Norte Americano	**(276 277)**	1 298 391
Rand	**43 096**	(15 608)

Efeito negativo - 10%	**Exposição líquida**	Exposição líquida
Dólar Norte Americano	**276 277**	(1 298 391)
Rand	**(43 096)**	15 608

26. Compromissos e contigencias

a) Compromissos

A política do Conselho de Administração é manter uma forte base de capital de modo a manter a confiança dos investidores, credores e do mercado e a sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. O Conselho de Administração controla tanto a distribuição demográfica dos accionistas, como o retorno do capital, que a Empresa define como capital próprio total, e o nível de dividendos aos accionistas ordinários.

O Conselho de Administração procura manter um equilíbrio entre os rendimentos mais elevados que poderiam ser possíveis com níveis mais elevados de empréstimos e as vantagens e segurança proporcionadas por uma posição sólida do capital. A Empresa visa alcançar um rendimento sólido do capital próprio.

b) Contigencias

- Foi movido pela Thoresen Shipping, Ld contra a STEMA e os CFM uma accção relacionada com o incêndio ocorrido em Dezembro de 2015 provocado por desconhecidos que, da tentativa de roubo combustivel no terminal de combustivel que estava sob gestão dos CFM, resultou uma explosão num dos barcos dos meliantes que se alastrou e atingiu a embarcação da Thoresen que se encontrava a descarregar cereais no terminal da Stema. A Stema não teve nenhuma responsabilidade pelo evento já que não se comportou por acção ou omissão por forma a provocar tal resultado, sendo, inclusive uma vitima que sofreu avultados danos materiais.

- A Inspeccção Geral do Trabalho atribui em 2017 uma multa no valor de 11 763 068 MT ao Stema, SA, alegadamente por haver esta violado as regras impostas para a contratação de mão-de-obra estrangeira, aquando da reparação pós incêndio. No caso, a entidade não contratou directamente colaboradores estrangeiros, tendo apenas lançado um concurso para reparação onde ganhou uma a empresa internacional e firmou um contrato com esta entidade. Entende-se que não só não houve violação da lei por parte da Stema, como tambem, os valores arbitrados estavam fora do âmbito da lei. Entretanto, este processo não corre em nenhum tribunal.

27. Pressuposto de continuidade

A 31 de Dezembro de 2022 a STEMA, SA reportou um prejuízo de 70 753 065 MT representado uma melhoria em relação ao exercício anterior tendo reportado um prejuizo de 101 494 204 MT Meticais e, naquela data, o passivo corrente excedia o activo corrente em 132 433 898 MT (2021: 87 860 056 MT) e o passivo total excede o activo total em 171 210 596 MT (2021: 100 457 531). E o capital próprio não está em conformidade com o Artigo 98° do novo Código Comercial.

Adicionalmente, o accionista - Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE) está em busca de parcerias com vista a viabilizar a empresa, aventando-se a possibilidade de venda de Participação Social do Estado na STEMA,SA, para um parceiro com capacidade de angariar negócios.

Está em curso a consultoria para avaliação de activos e reversão de imparidade, com objectivo central de determinação das perdas de imparidade dos activos e sua reversão. O resultado da avaliação preliminar indica não existir imparidade nos activos da empresa, ou seja , o valor contabilístico e o valor apurado pela reavaliação, conclui-se que há uma diferença positiva, o valor escriturado está abaixo do justo valor. Neste caso, considera-se que haverá uma continuidade do uso dos activos para o qual foram concebidos, apresentando condições de gerar benefícios económicos actualmente e no futuro.

A entidade continuará a implementar as medidas com vista a melhorar cada vez mais a situação económico financeira através das seguintes acções:

a) O IGEPE maior dententor de 56% do capital social irá continuar a fornecer à empresa o apoio financeiro necessário para assegurar a continuidade da existência da empresa, Compromete-se a fornecer à empresa apoio financeiro que lhe permita realizar os seus activos e liquidar o seu passivo no curso normal dos negócios; Em 2022, durante o ano, a empresa recebeu 28 672 617 MT como empréstimos do seu accionista a 0% de juros;

b) Os accionistas não irão insistir no reembolso de qualquer empréstimo accionista e adiantamentos que sejam devidos a 31 de Dezembro de 2022;

c) Promover a injeção do capital com vista a conformar o capital próprio com o artigo do Código Comercial;

d) Juntamente com o Accionista buscar de parceiros para viabilizar a empresa;

b) Reduzir o nível das despesas financeiras, através da redução da Dívida com o Moza Banco com a venda da casa colaterizada a este financiamento, e reestruturação da divida do BNI;

e) Aumentar o volume de negócios da empresa (angariar clientes na região para expedição marítima e rodoferroviária) e optimizar os custos das operações.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, a entidade considera que se mantém aplicável o princípio de continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

27. Pressuposto de continuidade (continuação)

Contudo, se as dívidas a pagar às partes relacionadas forem exigidas e se a empresa mãe não cumprir os seus compromissos de fornecer à empresa o apoio financeiro necessário, a empresa poderá não conseguir cumprir as suas obrigações, à medida que estas se forem vencendo, e existirá uma incerteza material que poderá suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade de a empresa continuar em funcionamento e, por conseguinte, não conseguir realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no decurso normal das suas actividades.

28. Acontecimentos após a data de balanço

Na data de finalização das demonstrações financeiras anuais não se registaram eventos subsequentes relevantes que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira e que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras.